

Religião, política e crianças: o discurso moral da Igreja Universal do Reino de Deus em diferentes contextos

Religion, Politics, and Childhood: the moral discourse of the Universal Church of the Kingdom of God in different contexts.

Fabrício Roberto Costa¹

Allan Fagundes Pereira²

Laura Neves da Silva³

RESUMO

Este artigo analisa a mobilização de narrativas morais sobre a infância pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por meio do jornal *Folha Universal*. Tomamos como recorte os contextos eleitorais dos anos de 2018 e 2022 e o ano de 2025, após a repercussão das denúncias do youtuber Felca sobre o fenômeno da “adultização”. Nos pleitos recentes, a moralidade ocupou lugar central no discurso bolsonarista, especialmente por meio da associação da esquerda com supostas ameaças à família, pauta recorrente no editorial. A análise indica que discursos religiosos e eleitorais tornam-se miméticos nesses contextos. Em contraste, diante das denúncias de Felca, o jornal abandona o tom acusatório direcionado à esquerda e passa a enquadrar o problema em fatores sociais mais amplos, como a modernidade e as redes sociais, atribuindo às famílias a responsabilidade pela regulação moral da infância. Nota-se que essa mudança revela estratégias discursivas acionadas conforme o contexto político.

Palavras-chave: Religião; Moral; Crianças; Política.

ABSTRACT

This article analyzes the construction and mobilization of moral narratives about childhood by the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG). The study focuses on the electoral contexts of 2018 and 2022, as well as on the repercussions of the allegations made by the influencer Felca regarding the so-called “adultification” of children. In recent elections, morality occupied a central place in Bolsonaro-aligned discourse, especially through the association between the left and alleged threats to families, a recurring agenda in *Folha Universal*. The analysis indicates that religious and electoral discourses become mimetic in these contexts. In contrast, in response to Felca’s allegations, the newspaper abandons its accusatory tone directed at the left and begins to frame the issue through broader social factors, such as modernity, social media, and education, assigning families the responsibility for the moral regulation of childhood. It is argued that this shift reveals discursive strategies activated in accordance with the political context.

Palavras-chave: Religion, Morality, Children, Politics.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais (UFV). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ - 2012), com estágio sanduíche (CES), da Universidade de Coimbra. Mestre em Extensão Rural pela UFV (2005). Bacharel e licenciado em História pela UFOP (2003).

² Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais (UFV). Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com pesquisa na área de religião e política.

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo pesquisa na área de Sociologia da Religião.

Introdução

Este artigo analisa como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por meio do jornal *Folha Universal*, mobiliza e constrói narrativas morais sobre a infância em diferentes contextos políticos. O recorte contempla os pleitos eleitorais de 2018 e 2022 e o debate público de 2025 acerca da “adultização”, após denúncias do youtuber Felca. Nossa questão partiu do suposto de que a moralização está imersa na política (Mouffe, 2015) e no contexto eleitoral a valorização da família tradicional ganhou peso (Oliveira e Gracino Júnior, 2023).

Neste sentido, fizemos os seguintes questionamentos principais: de que maneira se abordou o tema da infância por uma instituição religiosa em contexto eleitoral? Há alguma mudança na abordagem fora do contexto eleitoral, mais especificamente, quando Felca denunciou a adultização?

Nas últimas eleições presidenciais, a candidatura de Bolsonaro conseguiu apoio de diversas instituições religiosas. Estudos indicam que debates sobre a moralidade foram centrais (Oliveira e Gracino Júnior, 2023), mas faltam pesquisas sobre como a Instituição religiosa articula discursos sobre os riscos das pautas LGBTQIAP+ para as crianças, em contexto eleitoral.

Na disputa contra Fernando Haddad (PT) em 2018, o então candidato Jair Bolsonaro foi incisivo em citar o “kit gay”, criticar a “ideologia de gênero” (Miguel, 2021) que iria “erotizar crianças” nas escolas (Santos, 2020). Na campanha de 2022, o adversário de Bolsonaro era Luís Inácio Lula da Silva (Lula), mas os discursos na pauta dos costumes permaneceram: “Bolsonaro força Lula a debater pauta de costumes e economia fica de lado” (UOL, 2022).

A apelação ao tema dos costumes fez com que a disputa política fosse transportada à esfera moral (Mouffe, 2015). Dessa forma, a moralidade se transformou numa pauta central da disputa eleitoral. Um tema de disputa política que é, muitas das vezes, alimentado, questionado e balizado por discursos religiosos.

No caso específico das religiões neopentecostais, enquanto elemento público, estas se destacam por um significativo processo de midiaticização da religião que intensificou a atuação religiosa no campo político e elevou a visibilidade de suas convicções políticas. Este contexto garantiu novos espaços às instituições como sujeitos políticos, o que constitui “fator importante para a compreensão das linhas de força presentes na democracia” (Martino, 2017, p. 62). A materialidade evangélica nesse contexto se dá de forma diversificada, de tal forma que “os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu ethos, suas demandas, nas mais diversas direções” (Burity, 2008, p. 84).

A Igreja Universal do Reino de Deus possui presença diversificada na mídia e capilarização em todo o território nacional e consistente participação política. Segundo Prandi, Santos e Bonato (2019: 58), as instituições religiosas chamam atenção devido à capacidade de se mobilizarem discursiva e midiaticamente em prol da política, sendo definidas como “máquinas eleitorais” – os autores ainda dão foco ao “poder organizacional e financeiro das igrejas evangélicas, que, ao contrário dos aparelhos seculares de organização política, atuam livres de uma série de constrangimentos”, além da capacidade destas contarem “com uma mão de obra voluntária e uma rede de contatos e de divulgação que dificilmente estaria disponível mesmo aos partidos políticos de grande porte”.

Durante as eleições de 2018 e 2022, o discurso de Jair Bolsonaro foi muito marcado pela adesão a pautas religiosas evangélicas. Seu lema de campanha era “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A candidatura de Bolsonaro ganhou apoio de muitas lideranças e instituições evangélicas – dentre as quais a IURD se destaca –, as quais realçavam a identidade cristã de Bolsonaro – e assim legitimavam sua candidatura – como um “líder escolhido por Deus”, isto é, na ideia de que ele seria “cidadão de bem”, “cristão”, “defensor da família” etc. (Lopes; Fulaneti, 2022).

Uma estratégia muito utilizada pela direita na campanha de Bolsonaro foi acionar o pânico moral, de modo que deslegitimasse a esquerda, caracterizando-a como “destruidora de famílias”, “ameaça à democracia” e acusando-a de ter “Cuba como referência”, de “querer transformar o Brasil em uma Venezuela”, de “erotizar crianças em escolas”, dentre outras acusações proferidas diretamente pelo candidato Jair Bolsonaro (Balieiro, 2018; Miguel, 2021, Oliveria e Gracino Júnior, 2023).

Portanto, parte-se da hipótese de que, nos contextos eleitorais, a Folha Universal mobiliza a infância como operador central de pânico moral, associando-a diretamente à ameaça representada pela esquerda, enquanto em contextos não eleitorais – como no debate sobre adultização em 2025 – ocorre um deslocamento do inimigo, sem abandono da moralização, mas com reconfiguração discursiva.

Além dessa introdução, nosso artigo está dividido em mais quatro partes. No segundo tópico, apresentaremos um debate acerca da importância das mídias religiosas para a Iurd. Em seguida, faremos fundamentação teórica e metodológica. No quarto tópico apresentaremos uma análise das matérias e posicionamentos políticos e morais da instituição e religiosa e por fim, apresentaremos as considerações finais.

1. A Igreja Universal do Reino de Deus e a mídia religiosa

A Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977, passou de uma pequena igreja evangélica na zona norte do Rio de Janeiro a um verdadeiro império, com um crescimento institucional sem precedentes. De acordo com Mariano (2014), entre 1980 e 1989, o número de templos cresceu 2.600% e na década de 1990 já estavam presentes em todos os estados brasileiros. Atualmente, a IURD encontra-se em mais de 100 países, espalhados por todos os continentes. A instituição destaca-se não apenas pela grande concentração de fiéis, mas também pelo expressivo investimento em meios de comunicação, operando como instrumento estratégico para angariar fiéis, difundir suas contribuições à população e, conforme afirma Casanova (1994; 2006), participar de debates na esfera pública.

Segundo Mariano (2014), um fator importante para a expansão e o sucesso iurdiano é o investimento em meios de comunicação. Para além dos cultos nos templos, a instituição também investiu vigorosamente, desde sua abertura, no proselitismo através dos meios de comunicação, como jornal, rádio e televisão (tendo em vista a compra da Rede Record de Rádio e TV, em 1989), o que permitiu a atração de cada vez mais fiéis para suas igrejas.

A Folha Universal, publicação semanal da Igreja Universal, completou 30 anos de sua primeira edição em 2022, datada de 15 de março de 1992. Segundo a própria instituição, “atualmente, ele é o jornal impresso de maior tiragem do País, com quase 2 milhões de exemplares semanais. Além disso, chega a todos os estados brasileiros e nos locais mais

extremos e de difícil acesso”. Trata-se de um dos principais órgãos de posicionamento da IURD em relação aos eventos semanais. O material pode ser facilmente acessado por fiéis e pela população em geral, visto que além de ser distribuído gratuitamente nos templos da IURD, seu conteúdo fica disponível no portal da denominação na internet.

O destaque para a importância do veículo é ressaltado ao reconhecer que “a Folha Universal é uma das principais e mais importantes ferramentas de evangelização utilizadas pela Igreja”. Além disso, o periódico se caracteriza como o órgão oficial em que a Igreja propala suas visões de mundo e concepções políticas de forma mais enfática. A razão disso está na ausência de publicidades externas, ou seja, o noticiário é totalmente financiado pela igreja, o que garante autonomia e independência política em relação aos conteúdos (Franco, 2022).

Segundo Carranza (2013: 542), a mídia iurdiana é “uma imensa máquina narrativa da dor, das emoções, da espetacularização do sofrimento, dos medos ancestrais e das forças perseguidoras do mal”, fundada na ilusão de que é um instrumento neutro. Além disso, são nos processos implícitos dos meios de comunicação que encontramos a capacidade “de acionar estoques culturais, ressignificar tradições, conectar-se com referências simbólicas, concatenar simbolicamente todas as mensagens espalhadas nos conteúdos transmitidos e reunificar crenças, valores e estilos de vida através da comunicação” (Carranza, 2013, p. 546).

Penha Rocha (2006: 83) afirma que a Folha Universal “tem como principal característica sua linha editorial tendenciosa” e, além disso, cita depoimento de Lionel Mota, programador, que trabalhou na Folha, no qual afirma que com a aproximação do período eleitoral o jornal era usado para ataques aos concorrentes dos candidatos da IURD, e que os bispos exerciam grande pressão sobre o conteúdo do jornal. Em uma pesquisa realizada sobre a atuação iurdiana nas eleições de 2018, foi demonstrado como a instituição mobilizou o jornal a favor da eleição de Jair Bolsonaro contra Fernando Haddad (Oliveira; Martins, 2021).

Segundo Teixeira (2021), a IURD pode ser caracterizada como uma denominação central nas discussões sobre a agência religiosa nos meios de comunicação. Atualmente, a Universal concentra seus programas na televisão, mas também se adaptou às redes sociais como Instagram e Facebook, além de possuir uma plataforma de streaming própria, a Univer Vídeo, que concentra filmes cristãos, séries, palestras, além de transmitir eventos ao vivo do Templo de Salomão, a sede da igreja em São Paulo.

2. Fundamentação teórica e metodológica

O artigo dialoga com a literatura sobre pânico moral, religião e política, compreendendo o pânico moral como um dispositivo que articula medo, ameaça e urgência normativa, frequentemente mobilizado para produzir consenso moral e orientar comportamentos políticos. As contribuições de Pierre Bourdieu (2015) são mobilizadas para compreender a autoridade simbólica das instituições religiosas e sua capacidade de produzir classificações legítimas do mundo social.

Segundo Bourdieu (2015), este fenômeno justifica-se devido ao capital religioso detido por instituições e lideranças religiosas, os quais por meio deste capital reafirmam seu caráter legitimador da produção simbólica. Além disso, o campo religioso seria responsável

por contribuir na “naturalização” de sentidos na ordem social, isto é, tais instituições e lideranças ainda seriam capazes de incutir aos leigos (ou profanos) um *habitus* religioso, definido pelo autor como:

[...], princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social. (Bourdieu, 2015, p. 57)

Ainda no que diz respeito ao entendimento da relação entre religião e política, José Casanova (1994) aborda o fenômeno da atuação religiosa na esfera pública a partir da ideia de “desprivatização da religião” e define o conceito de “religião pública” para explicar a relação entre religião, sociedade e Estado.

Segundo o autor, a participação das religiões na esfera pública e na arena política não ocorre de forma que estas buscam apenas a defesa de suas tradições, mas “para participar da disputa pela definição das fronteiras modernas entre o público e o privado, entre legalidade e moralidade, entre família, sociedade e Estado, entre Estado-nação, civilização e sistema mundial” (Casanova, 1994, p. 6).

Para isso, é necessário compreender as maneiras que a mídia e os meios de comunicação (jornais e revistas impressos, rádio, televisão, etc.) operam como um complexo instrumento pedagógico. De acordo com Fischer (2002: 155), a mídia é um dispositivo pedagógico caracterizado como um “aparato discursivo e ao mesmo tempo não discursivo” capaz de reproduzir “saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem”. Para ela:

[...] tratar do ‘dispositivo pedagógico da mídia’ significa tratar de um processo concreto de comunicação (de produção, veiculação e recepção de produtos midiáticos), em que a análise contempla não só questões de linguagem, de estratégias de construção de produtos culturais [...], apoiada em teorias mais diretamente dirigidas à compreensão dos processos de comunicação e informação, mas sobretudo questões que se relacionam ao poder e a formas de subjetivação. (Fischer, 2002, p. 155)

Na compreensão da mídia como esta importante ferramenta, torna-se necessário analisar a relação entre o discurso e o poder. Segundo Van Dijk (2020), um discurso manipulativo pode ser realizado por meio de sentidos amplos e englobar, além de características verbais, características não verbais – por exemplo, no caso de um jornal, as imagens e o layout apresentados em um texto.

Van Dijk (2020: 251), além disso, define o importante conceito de manipulação como “uma prática social de abuso de poder, envolvendo grupos dominantes e dominados, ou instituições e seus clientes”, cujo sentido manipulador (e, conseqüentemente, a relação com o poder) depende, necessariamente, “dos modelos de contexto dos seus receptores – incluindo seus modelos falantes ou escritores e os objetivos e intenções a eles atribuídos”. Isto significa, pois, que a análise de discurso ocorre primeiramente na análise contextual dos próprios falantes, antes de uma análise propriamente textual e linguística:

O discurso manipulador ocorre tipicamente na comunicação pública controlada pela elite política, burocrática, jornalística, acadêmica e empresarial dominante. Isso significa que outras restrições contextuais prevalecem, em particular sobre os participantes, seus papéis,

suas relações e suas típicas ações e cognições (conhecimento, objetivos). Em outras palavras, o discurso é definido para ser, antes de tudo, manipulador, em termos de modelos de contexto dos participantes. Isto é, como analistas críticos, avaliamos primeiramente o discurso como manipulador em termos de suas categorias de contextos antes que em termos de suas estruturas textuais. (Van Dijk, 2020, p. 251-252)

Estudar esse tema é fundamental porque ele perpassa todos os espectros políticos, devido ao fato de as religiões serem “um elemento ativo e inseparável das dinâmicas culturais e políticas que estão transformando o sentido do vínculo social e do político em nosso tempo” (BURITY, 2008, p. 94). Além disso, está diretamente relacionado às disputas políticas nacionais e formação do eleitorado evangélico responsável por dar “11 milhões de votos a mais para Bolsonaro do que para Haddad no segundo turno” (Mariano; Gerardi, 2020, p. 334).

Segundo Judith Butler (2021), importante nome dos estudos em teoria queer, as noções relacionadas à gênero – o que inclui aquelas relacionadas à identidade e ao próprio desejo sexual, isto é, à sexualidade – são indissociáveis das interseções políticas e culturais. Ao mesmo tempo, para esta perspectiva, a concepção de que há uma verdade em relação ao sexo é “produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (Butler, 2021, p. 44).

Quanto às definições para gênero e sexo, Judith Butler (2021) contesta e critica algumas das próprias definições comumente associadas aos termos. Para Butler (2021: 26) ambos os conceitos são elementos social e culturalmente construídos, isto é, “a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo”. O contrário também seria verdade:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (Butler, 2010, p. 27).

Segundo Mariano (2014: 193), no que tange às religiões neopentecostais, todas tratam a homossexualidade e a transexualidade “como doença, algo para ser curado pelo Espírito Santo, ou pela terapia” sendo “daí a insistência, um tanto exagerada, com que exibem testemunhos de gays e travestis convertidos, muitos deles, apesar de esforços para se enquadrarem no estereótipo do ‘macho’ latino, ainda dotados de velhos trejeitos”.

De acordo com Natividade e Oliveira (2009), os temas de gênero e sexualidade estão presentes no discurso dos evangélicos conservadores em uma espécie de cruzada moral que se insere na cosmologia da batalha espiritual – de modo mais específico, para os neopentecostais, o combate à busca de direitos e inserção política pela comunidade LGBTQIAP+ “é uma tentativa de derrotar a influência do demônio na Terra” (Natividade; Oliveira, 2009, p. 146).

Além das contribuições teóricas, Judith Butler se relaciona com o debate por ter sido alvo de ataques conservadores em uma de suas vindas ao Brasil (Cyfer, 2018). A teoria queer

de Butler é alvo de uma das principais estratégias utilizadas na campanha de Bolsonaro, isto é, a instrumentalização do pânico moral, que se destaca como o mecanismo que “cristaliza medos e ansiedades generalizados” e em que “a sexualidade tem uma centralidade peculiar” e “os ‘desviantes’ sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes” (Weeks, 1981, p. 14).

A mobilização e a disputa destas pautas morais entre direita e esquerda configuram, segundo Chantal Mouffe (2015), relações antagonistas. Este antagonismo seria traduzido, segundo a posição pós-política, em uma disputa de inimigos absolutos, uma luta entre “nós” e “eles” pelo domínio moral.

Mouffe (2015: 75) define que nos casos em que as disputas políticas são determinadas por termos morais, e não políticos, as figuras que antes se enquadrariam como adversárias, tornam-se inimigas, de maneira que “a condenação moral substitui uma análise política adequada, e a resposta fica limitada à construção de um ‘cordão sanitário’ para pôr em quarentena os setores afetados” e “induz a considerar o ‘eles’ como ‘moral’, isto é, ‘inimigo absolutos’, favorecendo, assim, o surgimento dos antagonismos, que podem pôr em risco as instituições democráticas”.

Chantal Mouffe (2015) demonstra que a moralização da política ainda revela outra fraqueza para a posição pós-política. Trata-se do conveniente mecanismo do puritanismo dos bons sentimentos, que consiste em, através da delimitação das fronteiras entre o bem e o mal, “assegurar a própria bondade por meio da condenação moral do mal existente nos outros” (Mouffe, 2015, p. 73).

Isso nos demonstra que, ao evidenciar e se contrapor à posição conservadora da direita em relação às pautas morais, a esquerda igualmente se beneficia e torna-se capaz de converter sua posição em capital político. No caso das pautas relacionadas ao feminismo, aos direitos das mulheres e às questões LGBTQIAP+, enquanto a esquerda converte seu ganho político pela demonização da direita e pela promessa de visibilidade e inserção de minorias sociais através de criação e cumprimento de políticas públicas destinadas a elas, a direita atrai possíveis eleitores ao criticar – e muitas vezes rechaçar – tais pautas, como por exemplo alertando sobre o perigo da inserção destes debates na esfera pública.

Bourdieu (2015) e Casanova (1994) enfatizam que religião e política são de âmbitos diferentes da vida social que possuem relações complexas entre si. Também destacam que a religião tem um caráter político ao justificar condutas, formas de agir e modos de existir. Fischer (2002) e Van Dijk (2020) destacam, respectivamente, o potencial pedagógico da mídia e a importância da análise do discurso para além dos aspectos textuais. Judith Butler (2021) demonstra a importante relação entre os temas de gênero e sexualidade com a política, bem como apresenta uma nova contribuição teórica para os temas. Chantal Mouffe (2015), por sua vez, colabora para a compreensão de como ocorrem as disputas discursivas nas democracias contemporâneas, colocando em foco as questões da moralização da arena política.

3. O debate sobre as crianças: entre moral, religião e política

Nos anos eleitorais de 2018 e 2022, a Folha Universal assumiu uma posição mimética frente às pautas eleitorais, ao apresentar uma intensa publicação de matérias que acionam o

combate à esquerda “em defesa das crianças”, revelando o caráter de instrumentalização moral e de construção de narrativas supostamente voltadas à proteção da infância.

Nos interessa, portanto, entender como a Igreja Universal do Reino de Deus, por meio da Folha Universal, produziu discursos morais a respeito das crianças e como esses discursos se diferenciam entre os contextos eleitorais (2018 e 2022) e em contextos não eleitorais, primordialmente, no período marcado pelo debate público sobre “adultização” (2025).

A investigação consiste em uma análise documental, ou seja, “uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionadas” (Richardson, 1985, p.182) das matérias publicadas no site folhauniversal.org. A partir da leitura sistemática dessas edições buscamos identificar os elementos discursivos que aparecem relacionados ao interesse da IURD pela infância.

Inicialmente, o recorte empírico contemplou publicações veiculadas entre janeiro e dezembro dos anos de 2018 e de 2022, anos marcados pela disputa eleitoral. O fichamento das publicações cuja infância emerge como uma preocupação moral nos forneceu informações para construir os quadros I e II, nos quais sistematizamos a mobilização de temas morais associados às crianças pelo jornal nesses anos.

Em segundo momento, analisamos o período de agosto a outubro de 2025, quando o tema da “infância” ganhou destaque no debate público após a ampla repercussão do vídeo do youtuber Felca, publicado em 06 de agosto de 2025. As matérias veiculadas nesse intervalo forneceu os dados que compõem o quadro III, no qual descrevemos as matérias produzidas pelo jornal que abordaram a infância nesse contexto.

As matérias publicadas nos anos de 2018 e 2022 apresentam discursos alinhados a pautas da direita, marcados pela defesa de um perfil de moral cristã que estaria em confronto com supostas ameaças das forças progressistas. Neste sentido vale destacar que os discursos se intensificaram nos três meses que antecederam as eleições.

Segundo Connolly (2008), há emergência de um discurso em que os crentes devem desconfiar daqueles que prometem progresso social por meios humanistas, pois os seguidores do diabo, muitas vezes se apresentam como agentes de beneficência (Connolly, 2008, p. 6). Esse discurso constrói uma relação antagônica do “nós” contra “eles”, onde o “nós” constitui o grupo de atores sociais adeptos à moral cristã e aos valores tradicionais; e o “eles”, por sua vez, é representado como o inimigo: a esquerda, cujas ideias são responsáveis pela perseguição e ataque a fé cristã, os valores tradicionais e a inocência das crianças.

4. A infância como ameaça moral no contexto eleitoral de 2018

A análise do Quadro I, referente às matérias publicadas pela Folha Universal em 2018, evidencia o elemento estruturante - infância - como categoria moral estratégica no discurso religioso-político da IURD. À luz da Análise Crítica do Discurso, conforme proposta por Van Dijk (2020), o quadro não deve ser lido apenas como um conjunto de textos jornalísticos, mas como uma materialização de modelos de contexto compartilhados

que orientam a interpretação dos leitores. A infância aparece sistematicamente associada à vulnerabilidade, à inocência e à necessidade de tutela, operando como signo privilegiado para a produção de medo e urgência moral.

O quadro a seguir explicita informações das edições que mobilizaram temas morais, relacionados às crianças no ano eleitoral de 2018.

Quadro I - Matérias da Folha Universal que abordaram temas relacionados às crianças em 2018

Título da Matéria	Data	Conteúdo	Link
"Novela para adolescentes promove ideologia de gênero"	26/08/2018	"Ideologia de gênero" presente nas produções audiovisuais representa uma ameaça ao desenvolvimento psicossocial das crianças.	https://www.universal.org/noticias/post/novela-para-adolescentes-promove-ideologia-de-genero/
"Roupas para Meninos e Meninas podem estar com os dias contados"	23/09/2018	"Ideologia de gênero" utiliza da moda sem distinção para alcançar crianças. A escola e a mídia contribuem para a confusão sexual. O voto aparece como forma de defesa da família.	https://www.universal.org/noticias/post/roupas-para-meninos-e-meninas-podem-estar-com-os-dias-contados/
"Por que 7 de outubro será o dia das crianças?"	30/09/2018	"Ideologia de gênero" como ameaça nacional, onde as crianças são o maior alvo. O voto é uma arma para defender crianças e família, por isso é importante eleger candidatos adeptos à moral cristã.	https://www.universal.org/noticias/post/por-que-7-de-outubro-sera-o-dia-das-criancas/
"MST promove doutrinação de crianças"	03/10/2018	Difunde a ideia de uma suposta doutrinação infantil de milhares de crianças pelo MST.	https://www.universal.org/noticias/post/mst-promove-doutrinacao-de-criancas/
"Precisamos cuidar e zelar pela inocência de nossas crianças"	24/10/2018	Crianças são vulneráveis ao que consomem, atribuindo à educação um papel central na proteção contra conteúdos considerados "contrários à fé cristã", a fim de "guardá-las da morte espiritual"	https://www.universal.org/noticias/post/precisamos-cuidar-e-zelar-pela-inocencia-de-nossas-criancas/
"Enem 2018: Bolsonaro critica questão de prova"	10/11/2018	Enaltece a figura do Bolsonaro ao criticar teor ideológico presente no ENEM, alegando que questões que abordam gênero e sexualidade têm o objetivo de moldar a vida dos jovens em oposição aos valores da família.	https://www.universal.org/noticias/post/enem-2018-bolsonaro-critica-questao-de-prova/

"Identidade de Gênero: respeito sim, doutrinação nas escolas não"	18/11/2018	Temas relacionados a gênero e sexualidade nas escolas comprometem o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Devendo ser discutidos no âmbito familiar.	https://www.universal.org/noticias/post/identidade-de-genero-respeito-sim-doutrinação-nas-escolas-nao/
---	------------	--	---

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

Observando as datas em que as edições foram publicadas, percebe-se que a mobilização de discursos moralizantes em defesa das crianças, no ano de 2018, apareceu pela primeira vez em agosto, isto é, a menos de três meses do primeiro turno das eleições daquele ano. Esse dado não deve ser encarado como uma mera coincidência, tendo em vista a capacidade do editorial religioso de ampliar ideias e emoções que influenciam a percepção dos sujeitos que o acompanham. Desse modo, a articulação da temática “infância”, associada à proteção moral e à defesa da família tradicional tende a operar como um instrumento capaz de engajar determinados enquadramentos políticos.

O combate à chamada “ideologia de gênero” integrou de forma central a agenda de campanha de Jair Bolsonaro, articulando discursos morais às pautas religiosas em defesa da família tradicional, dos bons costumes e da fé judaico-cristã. Tal articulação não se deu apenas no plano retórico, mas operou como estratégia política de construção de antagonismos morais. Conforme indicam Marques e Carlos (2025), o bolsonarismo estrutura-se a partir da identificação de um inimigo que, apresentado como ameaça à nação, buscava implantar um projeto de governo contrário aos valores religiosos e morais considerados fundantes da sociedade brasileira. Nesse enquadramento discursivo, a esquerda é sistematicamente construída como esse inimigo moral, processo reforçado pelo apoio explícito de uma parcela de setores evangélicos, incluindo lideranças da IURD, como o bispo Edir Macedo, que declarou publicamente apoio ao candidato em setembro de 2018.

Segundo Balieiro (2018) a noção “ideologia de gênero” difundiu-se nos vínculos de comunicação entre a metade de 2014 e o final de 2015, quando novos empreendedores morais apareceram com objetivo de barrar iniciativas educacionais orientadas por perspectivas de gênero. Nesse processo, o termo “gênero” passa a ser esvaziado de seu conteúdo teórico e ressignificado como “ideologia” difusa, de contornos imprecisos, porém carregada de forte potencial moralizador. Tal ressignificação produz discurso eficaz justamente por sua ambiguidade, permitindo que múltiplas ansiedades sociais sejam condensadas em uma ameaça única, especialmente quando associada à infância.

Na matéria intitulada “Roupas para meninos e meninas podem estar com os dias contados” a ausência de distinção na moda infantil é interpretada como estratégia da ideologia de gênero para alcançar crianças. Ideologia de gênero aqui é definida pelo autor da matéria como “uma ideia que algumas pessoas têm de que ninguém nasce homem ou mulher, ou seja, o gênero masculino ou feminino seria uma construção social”, isto é, uma distorção conceitual da teoria de gênero de Judith Butler. A mesma edição acusa professores de ensinar a ideologia de gênero nas salas de aula, em:

Assim, embora não haja leis aprovadas que liberem o ensino nas escolas, muitos professores seguem impondo a ideologia de gênero. “Como não há uma proibição de ensinar o gênero, então eles trabalham nessa lacuna.

Na prática, essas escolas estão desrespeitando a família, a verdade, a ciência e prejudicando muitos jovens”, constata o professor.” (Folha Universal, 23/09/2018)

E finaliza admitindo a importância do “voto consciente”: “Nós temos que observar nos discursos dos candidatos se eles estão fundamentados em um único princípio, que é sustentar, promover e auxiliar a família”, conclui Felipe Nery. (Folha Universal, 23/09/2018)

Do ponto de vista da Análise Crítica do Discurso, conforme Van Dijk (2008; 2015), essa operação não é meramente informativa, mas manipulatória: ao simplificar e descontextualizar um debate teórico complexo, o discurso orienta modelos mentais dos leitores, produzindo interpretações morais que associam práticas cotidianas, como o vestuário infantil, a riscos existenciais.

A mesma edição acusa professores de se aproveitarem de supostas lacunas legais para impor a “ideologia de gênero” nas escolas, construindo o ambiente educacional como espaço privilegiado de corrupção moral. Esse enquadramento atribui à escola um papel antagonista à família e à fé cristã, reforçando a ideia de que instituições públicas estariam em desacordo com os valores morais considerados legítimos. Conforme argumenta Bourdieu (1989; 2004), a eficácia simbólica desse discurso decorre da autoridade moral da instituição religiosa, que se apresenta como intérprete legítima da verdade, da ciência e do bem comum, naturalizando suas classificações morais.

O texto conclui com a convocação explícita ao “voto consciente”, indicando que a defesa da infância e da família dependeria da escolha de candidatos comprometidos com tais valores. Essa articulação revela a conversão direta de capital religioso para capital político, na medida em que a orientação moral é transposta para a esfera eleitoral. A política, nesse sentido, é apresentada como extensão da fé, e o voto, como ato moral e espiritual.

Embora a Folha Universal não indique explicitamente o candidato a ser eleito, observa-se que as pautas mobilizadas mantêm estreita consonância com os discursos do então candidato Jair Bolsonaro, sintetizados no lema “Deus, Pátria e Família”.

O editorial “Por que 7 de outubro será o dia das crianças” reforça esse alinhamento ao apresentar a “ideologia de gênero” como ameaça nacional ao desenvolvimento infantil, alegando a existência de projetos de lei supostamente direcionados a crianças de quatro a onze anos. Tal matéria talvez seja a mais alinhada à candidatura de Bolsonaro até aquele momento, uma vez que, foi amplamente propagada que seu rival Fernando Haddad (PT) seria o responsável por distribuir o “Kit Gay” nas escolas públicas. A associação da chamada “ideologia de gênero” com a esquerda, sedimentada pelo Movimento Escola Sem Partido, abriu possibilidade de mobilização do discurso por empreendedores morais situados no plano da direita do espectro político nacional, não necessariamente vinculados a alguma moralidade religiosa (Balieiro, 2018). A vinculação reiterada entre esquerda, políticas educacionais e risco à infância consolida um imaginário moral que, conforme Mouffe (2005), transforma adversários políticos em inimigos morais absolutos, deslocando o conflito do campo político para o ético-religioso.

Nessas edições, o jornal constrói sistematicamente as noções de gênero como antinaturais, reduzindo estudos acadêmicos a práticas de doutrinação ideológica. A expressão “ditadura da ideologia de gênero” sintetiza esse enquadramento, apresentando a diversidade de gênero e sexualidade como imposição autoritária exercida por meio da mídia, da arte e,

sobretudo, da escola. Tal discurso legitima o pânico moral ao sugerir que crianças e adolescentes estariam sendo violentados simbolicamente por forças externas à família e à fé cristã.

A matéria “identidade de gênero: respeito sim, doutrinação nas escolas não”, aprofunda essa moralização ao criticar o Decreto nº7037/2009, interpretando-o como ameaça à normatividade da família tradicional. Ao evocar o posicionamento de Damares Alves, então vinculada à Frente Parlamentar da Família Evangélica, o jornal reforça a ideia que crianças não estariam preparadas para lidar com debates sobre gênero e sexualidade, construindo tais temas como perigos morais. Nesse ponto, a infância opera como aquilo que Connolly (2008) denomina operador de ressonância afetiva, capaz de condensar medos, ansiedades e ressentimentos sociais mais amplos.

O pânico moral em torno da “ideologia de gênero” é, assim, legitimado por setores evangélicos, especialmente iurdianos, ao contestarem a presença de temas relacionados a gênero e sexualidade no ambiente escolar. O apoio explícito ao movimento Escola sem Partido evidencia como o discurso religioso se articula a agendas políticas conservadoras, reforçando a ideia de que legislar sobre a educação moral seria imperativo para proteger a infância.

Das oito edições analisadas em 2018 que abordaram a infância, sete mobilizam diretamente a “ideologia de gênero” como ameaça central, atribuída à esquerda. A infância é apresentada como categoria máxima de vulnerabilidade, cuja suposta corrupção justifica a rejeição a políticas progressistas e a demonização de seus defensores. A única exceção é a matéria que acusa o MST de doutrinação infantil, na qual crianças são retratadas como vítimas de um engajamento ideológico comparado a regimes autoritários, reforçando novamente a lógica do pânico moral.

Observa-se, portanto, que os discursos morais que alegam proteger e preservar a infância, surgem no período pré-eleitoral, entre agosto a novembro de 2018 a IURD mobilizou de forma sistemáticas narrativas que acionam o pânico moral, atribuindo ao cristão o dever de defender a inocência das crianças contra a suposta perversidade doutrinária da esquerda. O voto emerge como instrumento central dessa defesa, convertendo a proteção da infância e da família em imperativo político e moral, e evidenciando a profunda imbricação entre religião, moralidade e disputa eleitoral.

5. Em “defesa” das crianças: discursos morais da Folha Universal em 2022

De acordo com Leite, Oliveira e Maia (2024), o ano de 2022 atingiu níveis de polarização superiores aos de 2018, uma vez que a disputa eleitoral daquele ano se concentrou entre as duas figuras mais importantes para a direita e para a esquerda no contexto político daquele momento, Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), respectivamente.

Por sua vez, o período mais uma vez foi marcado pela moralização do discurso político, com a Folha Universal novamente apontando riscos atribuídos à esquerda e suas ideologias para as crianças. No ano de 2022, cinco edições apresentaram reportagens cujos temas centrais concentravam-se em crianças.

O quadro a seguir organiza as informações das matérias que mobilizaram discursos religiosos acerca de temas morais relacionados à infância no ano eleitoral de 2022.

Quadro II. Matérias do Folha Universal que abordaram temas relacionados às crianças em 2022

Título da Matéria	Data	Conteúdo	Link
"A Família cada vez mais sob ataque"	06/03/2022	A Constituição deve defender a família tradicional. O poder público falha à medida que cresce o número de uniões entre casais homoafetivos. Governos esquerdistas e a mídia, disseminam conteúdos inapropriados para crianças e adolescentes.	https://www.universal.org/noticias/post/a-familia-cada-vez-mais-sob-ataque/
"O alvo mais cobiçado pela esquerda"	10/07/2022	Alega que movimentos de esquerda difundem ideologias contrárias aos valores cristãos, especialmente no ambiente educacional, propagando uma doutrinação esquerdista ao abordar temas como feminismo, ideologia de gênero e filosofias comunistas.	https://www.universal.org/post/o-alvo-mais-cobicado-pela-esquerda/
"Advogada de esquerda quer doutrinar crianças dentro da igreja"	16/09/2022	Apresenta a esquerda como “inimiga” da fé ao abordar a live de Laura Astrolábio, alegando que esse grupo se articula para doutrinar crianças cristãs a todo custo, mobilizando-as contra a Bíblia.	https://www.universal.org/noticias/post/advogada-de-esquerda-quer-doutrinar-criancas-dentro-das-igrejas/
"Nós vamos transexualizar o seu bebê"	02/10/2022	Aciona o pânico moral ao afirmar que “o ódio” ainda se mantém apenas no discurso e nas ideias, enquanto a esquerda aguardaria alcançar poder suficiente para impor suas ideologias “goela abaixo”. Termina convocando os fiéis a combater esse mal através do voto.	https://www.universal.org/noticias/post/nos-vamos-transexualizar-o-seu-bebe/
“Ministro da Educação declara que esquerda tentou vetar livro didático na pré-escola”	11/10/2022	Notícia declarações do então Ministro da Educação, Victor Godoy, que afirma que partidos de esquerda teriam tentado vetar a distribuição de livros didáticos para a pré-escola, mas incentivava a materiais sobre sexualidade e identidade de gênero para crianças e adolescentes nas escolas.	https://www.universal.org/noticias/post/ministro-da-educacao-declara-que-esquerda-tentou-vetar-livro-didatico-na-pre-escola/

"Identidade de gênero: como o tema afeta o público infanto-juvenil"	16/10/2022	Afirmar que a transição seria um efeito ideológico, no qual os crianças e adolescentes estão sendo influenciados, atribuindo à escola a responsabilidade por esse processo, defendendo que ela não deve “doutrinar”.	https://www.universal.org.br/noticias/post/identidade-de-genero-como-o-tema-afeta-o-publico-infanto-juvenil/
---	------------	--	---

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

Os dados referentes ao ano eleitoral de 2022 indicam uma intensificação significativa do discurso conservador sobre gênero, sexualidade e educação na Folha Universal, operando de modo sistemático a partir da lógica do pânico moral e da guerra cultural. Nesse contexto, a esquerda é discursivamente construída como inimiga declarada da religiosidade cristã, associada a um projeto de destruição dos valores morais considerados fundantes da sociedade brasileira. A infância surge mais uma vez como recurso simbólico privilegiado dessa construção, apresentada como alvo preferencial de um processo de “sexualização” precoce que confundiria identidades, corromperia valores e afastaria crianças e adolescentes da salvação.

Em diferentes edições publicadas ao longo de 2022, o jornal mobiliza reiteradamente a noção de doutrinação ideológica para vincular governos identificados como de esquerda à promoção de conteúdos considerados moralmente nocivos, especialmente aqueles relacionados a gênero, sexualidade e diversidade familiar. Sob a perspectiva de Van Dijk (2008; 2015), esse enquadramento opera por meio da seleção estratégica de temas e da amplificação de riscos, orientando os modelos mentais dos leitores para uma interpretação moralizante da política educacional. A criança é descrita como sujeito vulnerável e passivo, cuja integridade moral estaria sob ataque, enquanto a família tradicional aparece como instituição ameaçada e, simultaneamente, como instância legítima de proteção.

A matéria intitulada “A família cada vez mais sob ataque” exemplifica com clareza essa operação discursiva. O texto inicia-se com a citação do artigo 1.723 do Código Civil brasileiro, que reconhece a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, conferindo ao argumento uma aparência de legalidade e neutralidade jurídica. Em seguida, o editorial afirma, que, ao reconhecer outros arranjos familiares, o governo estaria “minando os alicerces familiares” e desrespeitando a própria Constituição. O uso do termo “minar” não é fortuito: trata-se de uma escolha lexical que associa políticas de reconhecimento da união homoafetiva a um ataque silencioso e corrosivo à ordem social.

Sob a ótica bourdieusiana, essa estratégia revela o exercício do poder simbólico (Bourdieu, 1989; 2004), na medida em que a instituição religiosa se apropria da linguagem jurídica para legitimar uma visão moral específica como se fosse universal e natural.

O trecho a seguir demonstra como o periódico acusa governos identificados como de esquerda de promover ações que colocariam em risco a integridade moral de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que reforça a narrativa de ataque à família tradicional:

Quem não se lembra das frequentes tentativas dos governos esquerdistas de instituir livros didáticos com conteúdo inapropriado para crianças e adolescentes, tentando doutriná-los com ideais contra a família tradicional e direcioná-los à esquerda, mostrando famílias tradicionais em fotos que passavam a ideia de formações ultrapassadas e tornando atraentes as que

mostravam casais homoafetivos com crianças? Não há família modelo, mas “modelos de família”, segundo eles. (Folha Universal 06/03/2022)

A diminuição da centralidade do modelo familiar formado por pai, mãe e filhos, apresentada no editorial como um problema, é interpretada não como resultado de transformações sociais, mas como consequência direta de articulações doutrinárias promovidas pela esquerda, inclusive no campo educacional. A infância, nesse enquadramento, funciona como justificativa moral para a rejeição de políticas públicas inclusivas.

Essa lógica reaparece na matéria “O alvo mais cobiçado da esquerda”, na qual o ambiente escolar é descrito como uma das principais frentes de atuação dos movimentos progressistas. Professores são tratados como agentes ideológicos que se aproveitam de sua posição em sala de aula para incutir “ideologias esquerdistas”, como ideologia de gênero, feminismo e comunismo, concebidas como radicalmente antagônicas à moral cristã. A escola pública, assim, é construída discursivamente como espaço de risco moral, em oposição à família e à religião, que surgem como instâncias legítimas de formação ética.

A mesma construção discursiva se repete quando o jornal noticia declarações do então Ministro da Educação, Victor Godoy, acusando a esquerda de tentar vetar livros didáticos enquanto apoiaria conteúdos ideológicos nas escolas. Ao concluir que “cada família brasileira” deve avaliar o tipo de educação que seus filhos receberão “dependendo da decisão que tomar nas urnas”, o jornal explicita a conversão do debate educacional em imperativo eleitoral. Conforme Van Dijk (2015), trata-se de uma forma de manipulação discursiva que não impõe diretamente uma escolha política, mas orienta cognitivamente os leitores a associar determinadas posições morais a decisões eleitorais específicas.

A matéria “Nós vamos transsexualizar o seu bebê”, publicada no dia do primeiro turno das eleições de 2022, representa o ápice dessa estratégia discursiva. Ao transformar a repercussão de uma obra artística em alerta moral, o jornal aciona o que denomina “ódio do bem”, atribuindo à esquerda a intenção de impor suas ideologias “goela abaixo”. O voto é novamente apresentado como instrumento decisivo para impedir tal ameaça, deslocando a disputa política para o campo espiritual. Nesse enquadramento, vencer a esquerda equivale a derrotar o mal que assola o país e, sobretudo, a proteger as crianças.

A potência desse discurso ocorre da atuação da igreja como uma máquina de ressonância no campo religioso e midiático, isto é, um sistema capaz de amplificar afetos como medo, ressentimento e indignação moral, infiltrando-se na percepção dos sujeitos, especialmente dos fiéis, e transferindo interesses políticos para crenças morais e religiosas. Hoje o ressentimento contra a diversidade cultural, o igualitarismo econômico e o futuro giram juntos na mesma máquina de ressonância (Connolly, 2008, p. 10). A infância opera, nesse processo, como operador de ressonância afetiva privilegiado, condensando ansiedades sociais mais amplas em torno da diversidade cultural, das transformações familiares e do futuro. Temas como “ideologia de gênero” e “doutrinação comunista” reaparecem de forma recorrente, funcionando como signos morais que simplificam conflitos complexos e os traduzem em ameaças existenciais.

Assim, a Folha Universal exerce uma função que vai além da informação, atuando como instrumento de orientação moral. Essa dinâmica se expressa na disseminação de conteúdos moralizantes que associam pautas progressistas como ameaça à integridade de crianças e aos valores familiares. Acionando simultaneamente o pânico moral e a máquina

de ressonância, os editoriais da IURD convertem disputas simbólicas em estratégias concretas de mobilização política, atribuindo ao cristão o dever moral de combater a esquerda, por meio do voto, em nome da preservação da família e da segurança das crianças.

6. Infância e adultização

O tema infância ganhou destaque no debate público em 2025, especialmente após o youtuber Felipe Bressanim Pereira, popularmente conhecido como “Felca”, publicar um vídeo em seu canal, abordando de forma documental o fenômeno da exposição e sexualização de crianças e adolescentes nas redes sociais. Publicado no dia 06 de agosto de 2025, o vídeo obteve ampla repercussão nacional e, atualmente, acumula mais de 50 milhões de visualizações na plataforma. Intitulado “Adultização”, em quase 50 minutos de duração, o youtuber problematiza como o ambiente digital tem sujeitado menores de idade ao mercado de monetização, consumo e comportamento típicos do universo adulto.

Felca critica o algoritmo das plataformas por não possuírem uma verificação ética e moral dos conteúdos que são publicados, tendo em vista que não há restrição de conteúdo de crianças, contribuindo para que menores sejam expostos inclusive a grupos criminosos, como contas de pedófilos utilizadas para promover trocas de pornografia infantil.

A repercussão do vídeo se espalhou pelas redes sociais, alcançando os mais distintos veículos de comunicação e rapidamente chegou até a Câmara dos Deputados. Houve mobilização de setores políticos opostos, tanto em campos progressistas quanto conservadores, que passaram a apresentar propostas legislativas justificadas pela necessidade de combater o fenômeno da adultização. De acordo com a CNN Brasil, ao menos 24 projetos de lei relacionados à adultização e à proteção de crianças e adolescentes nas redes sociais foram apresentados na Câmara desde 11 de agosto de 2025. (CNN Brasil, 2024).

O jornal Folha Universal também demonstrou interesse sobre o assunto; ao todo encontramos cinco publicações no site entre agosto e outubro de 2025. O conteúdo abordava a adultização de crianças e adolescentes, a exposição infantil na internet e os impactos morais e espirituais decorrentes desse cenário. Embora o tema “criança” não fosse novo para o periódico, que continuamente fala sobre a preservação e o cuidado da infância, a preocupação daquele momento foi outra.

O quadro a seguir organiza as informações das matérias que mobilizaram discursos religiosos acerca de temas morais relacionados à infância em 2025.

Quadro III. Matérias da Folha Universal que abordaram temas relacionados às crianças em 2025

Título da Matéria	Data	Conteúdo	Link
Após denúncia, prisão de influenciador levanta debate sobre exploração infantil na internet	19/08/2025	A primeira vez que surge o conceito "adultização"; informa a comoção social e política; atribui a pais e responsáveis o dever de proteger as crianças por meio da educação cristã.	https://www.universal.org.br/noticias/post/apos-denuncia-prisao-de-influenciador-levanta-debate-sobre-exploracao-infantil-na-internet//

Câmara aprova projeto contra “adultização”	21/08/2025	Informa o encaminhamento PL 2628/2022; atribui à família a responsabilidade de acompanhar, orientar e cuidar dos menores; finaliza sugerindo quatro vídeos de como “educar” os filhos.	https://www.universal.org/noticias/post/camara-aprova-projeto-contradultizacao/
Crianças estão perdendo a infância por causa da internet	22/08/2025	Aborda adultização como fenômeno moral; perda da infância atribuída a influência nociva da internet; a solução é o resgate do vínculo familiar.	https://www.universal.org/noticias/post/criancas-estao-perdendo-a-infancia-por-causa-da-internet/
Entre chupetas e likes proibidos	14/09/2025	Aborda adultização e infantilização como embaralhamento de papéis sociais.	https://www.universal.org/noticias/post/entre-chupetas-e-likes-proibidos/
Nossas crianças estão protegidas?	21/09/2025	Afirma que a proteção de crianças necessita da ação cristã, as leis não são suficientes; a igreja deve atuar como braço do poder público;	https://www.universal.org/noticias/post/nossas-criancas-estao-protegidas/

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

A Folha Universal havia alertado em outros momentos sobre os riscos envolvendo o uso da internet por crianças e adolescentes, e, faz questão de lembrar na matéria intitulada “Câmara aprova projeto contra adultização”, quando em seu texto são retomadas publicações precedentes: “Alerta: redes sociais retomam o “blackout challenge” (desafio do apagão)”, publicada em 2 de julho, e “O mundo que os celulares estão construindo em nossa sociedade”, de 5 de maio daquele mesmo ano.

O termo “adultização” foi citado pela primeira vez em publicação no dia 19 de setembro, isto é, treze dias depois do vídeo do Felca, as matérias passaram a acompanhar e as discussões institucionais sobre os direitos das crianças.

Diferentemente das publicações dos anos de 2018 e 2022, até o presente recorte temporal (agosto a outubro), não há por parte do jornal a responsabilização da esquerda como causa central de ameaça às crianças. Em 2025, o jornal passou a enfatizar com maior atenção a influência nociva da internet, a fragilidade das famílias, a necessidade de vigilância moral e o papel dos cristãos e dos parlamentares na proteção das crianças.

Em 2018 e 2022, a Folha Universal apresentou uma continuidade no discurso, ao expor um inimigo declarado: a esquerda, que, segundo o jornal, por meio de suas ideologias consideradas “nefastas”, estaria corrompendo a inocência das crianças, deturpando suas identidades e, conseqüentemente, prejudicando seu desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial através da implementação da ideologia de gênero. Enquanto em 2025, IURD parece incorporar novos elementos no seu ativismo de defesa à infância, integrando reflexões sobre o consumo seguro das redes sociais por crianças e os riscos da exposição online.

Há, contudo, um elemento que permanece constante entre os diferentes períodos: o argumento de que a educação dos filhos são responsabilidades centrais dos pais e responsáveis. A matéria intitulada “Câmara aprova projeto contra adultização” apresenta:

Por isso, cabe aos responsáveis o acompanhamento, as orientações e os cuidados de perto com os menores. Do contrário, terceiros se apropriarão da formação psicológica deles e terão o livre espaço para implementarem as ideias que assim desejarem. (Folha Universal, 21/08/2025),

No dia seguinte, a Folha publicou uma nova matéria, intitulada “Crianças estão perdendo a infância por causa da internet”. Nesta edição, propõe o resgate familiar como solução para o problema. Os pais devem agir com amor e autoridade, o que significaria segundo o jornal, mediar o uso das telas, estabelecer rotinas familiares e estar presente. Proteger as crianças da adultização, neste caso, não aparece como dever do Estado em garantir a regulamentação das redes sociais ou em aprimorar políticas de defesa das crianças, mas sim na vigilância familiar e na educação baseada na fé. O que evidencia isso é o trecho do subtítulo “Um chamado urgente aos pais cristãos”:

Proteger os filhos da adultização e das influências nocivas da internet exige mais do que impor limites. Na prática, trata-se de um ato de fé e de responsabilidade espiritual. Pais que assumem esse compromisso preservam a saúde física e emocional dos filhos, guardam a pureza da fé e os fortalecem contra um mundo cada vez mais distante de Deus. (Folha Universal, 22/08/2025)

Falar sobre a adultização e proteção das crianças tem movimentado debates a respeito da regulamentação das redes sociais, contudo, ao abarcar o assunto, a IURD se mostrou pouco interessada em discutir a regulamentação. Embora em uma das matérias informe o andamento do Projeto de Lei (PL) 2628/2022, não demonstra nenhuma posição explícita sobre ser favorável ou contrária à regulamentação. Assim, o Folha Universal aborda o tema da proteção infantil sem se engajar no debate legislativo mais amplo, priorizando uma leitura moral do problema.

A edição “Nossas crianças estão protegidas?” discorre que a legislação é insuficiente para garantir a proteção das crianças, defendendo a necessidade de uma atuação mais ampla da sociedade, ancorada nos valores da fé cristã. Ao evocar as palavras de Bispo Alessandro Paschoall, o mesmo afirma a necessidade de ter parlamentares que acompanham o que acontece na sociedade [se referindo ao debate sobre adultização] para que atenda às necessidades da população. Do mesmo modo, o jornal assume que a igreja deve atuar como um braço complementar do poder público na proteção da infância.

Outro elemento que nos chama atenção encontra-se no trecho: “As crianças são o futuro. Cuidar e zelar por elas é nosso dever como sociedade e como cristãos”; se antes a defesa das crianças era atribuída prioritariamente à família, aqui aparece como responsabilidade coletiva, compartilhada entre a sociedade e o Estado.

Observa-se, portanto, uma reconfiguração discursiva quando comparada aos contextos de 2018 e 2022. A conversão do enfoque sugere não apenas um ajuste estratégico ao tema em evidência, mas também uma reorientação das formas em que o jornal busca mobilizar seus discursos em defesa aos valores morais vinculados à infância.

A Folha Universal em 2018 e 2022 presumia que a esquerda causava prejuízos às crianças. Já o fenômeno da adultização exposto por Felca em 2025, direcionou o detrimento da infância às dinâmicas do mercado digital. Nesse contexto, a IURD transferiu a “ameaça” às crianças para a internet e as redes sociais.

Embora as edições desse ano atribuam a segurança das crianças a problemas sociais mais amplos, como o controle digital, o periódico, diferentemente do youtuber que defende a regulamentação imediata das redes sociais, não se engaja plenamente na defesa da regulamentação institucional das plataformas. Em vez disso, defende ser responsabilidade da família e da sociedade acompanhar o conteúdo consumido pelas crianças e tomar por si medidas adequadas. Esse deslocamento não se trata de uma negação das leituras anteriores, mas sim uma reformulação do foco argumentativo diante do tema que ganhou visibilidade no debate público.

Considerações finais

A Folha Universal tem atuado de forma sistemática na mobilização de discursos morais, especialmente aqueles vinculados à infância, que passa a operar como um verdadeiro tema moral no interior de suas narrativas. As crianças são frequentemente acionadas como signo privilegiado em debates eleitorais, como ocorreu em 2018 e 2022, sendo estrategicamente utilizadas pelo editorial tanto para endossar candidaturas de políticos aliados quanto para produzir representações negativas de seus opositores. Nesses contextos, a infância não aparece apenas como objeto de cuidado, mas como recurso simbólico central na construção de antagonismos morais e políticos. Contudo, a articulação do tema “crianças” não se restringe aos períodos eleitorais, permanecendo presente em 2025, quando o jornal passa a enquadrar a infância a partir de um debate social mais amplo em torno do fenômeno da adultização.

Em 2018, o jornal construiu narrativas que enfatizavam a necessidade de proteger a infância, anunciando supostos riscos ao desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes. O combate à chamada “ideologia de gênero” é apresentado pela IURD como imperativo moral para garantir essa proteção, convertendo debates educacionais e culturais em ameaças existenciais. Neste enquadramento, o voto cristão emerge como instrumento legítimo de enfrentamento às chamadas “ideologias nefastas”, revelando a conversão direta de orientações morais em práticas políticas.

Em 2022, observa-se uma intensificação desse discurso conservador, que passa a associar de forma ainda mais explícita pautas progressistas a riscos à integridade da infância. A Folha Universal investe na demonização da esquerda, apresentada como principal responsável por ameaçar simultaneamente as crianças, a família e a fé cristã, por meio da imposição de suas ideologias. A infância, nesse cenário, funciona como elemento de legitimação do pânico moral, permitindo que disputas políticas sejam traduzidas em termos éticos-religiosos.

Nas edições analisadas de 2018 e 2022, o pânico moral aparece como estratégia discursiva recorrente, sustentando a construção da esquerda e do Partido dos Trabalhadores (PT) como inimigos dos cristãos. Produz-se, assim, uma narrativa de incompatibilidade entre a identidade cristã e o apoio a projetos políticos de esquerda. Esse movimento implica um deslocamento da disputa do campo político para o religioso, estabelecendo uma fronteira moral rígida entre o “bem” e o “mal”. O “bem” é associado aos valores conservadores e à moral cristã, enquanto o “mal” assume a forma das políticas progressistas. Nesse embate moral, a infância ocupa posição central, sendo representada como signo máximo de vulnerabilidade, cuja suposta ameaça legítima a rejeição às agendas da esquerda.

Os dados analisados confirmam a hipótese de que a infância funciona como operadora estratégica de moralização no interior do discurso iurdiano, sendo mobilizada de forma distinta conforme o contexto político. Nos períodos eleitorais, a ameaça é personificada na esquerda; em 2025, desloca-se para as dinâmicas do ambiente digital, sem que se abandone a gramática moral que estrutura o discurso.

Em 2025, a partir da ampla repercussão da exposição realizada por Felca sobre o fenômeno da adultização, o debate sobre a segurança das crianças nos ambientes digitais ganha destaque na esfera pública, mobilizando diferentes veículos de comunicação. Nesse novo contexto, a Folha Universal, que já vinha demonstrando interesse recorrente pelo tema da infância, passa a incorporar de forma mais sistemática a influência nociva das redes sociais na vida de crianças e adolescentes. Observa-se, então, a produção de matérias com caráter mais informativo, acompanhadas da ênfase na corresponsabilidade entre pais, sociedade e Estado na preservação da infância e da adolescência. Ainda assim, essa inflexão não rompe com a gramática moral previamente estabelecida, mas a reconfigura, mantendo a centralidade da vigilância, do cuidado e da proteção como eixos normativos do discurso.

Referências

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

BURITY, J. A. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008. DOI: 10.1590/S0103-20702008000200005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12580>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. In: **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Organização de José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

CARRANZA, Brenda. Linguagem midiática e religião. **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas, v. 1, p. 539-555, 2013.

CASANOVA, José. **Public Religions in the Modern World**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CERQUEIRA, Claudia. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. **RBCS**, v. 36, n. 107, 2021.

CONCONE, Maria Helena Villas Boas (1998). Pesquisa Qualitativa nos Estudos de Religião no Brasil. *In: Sociologia da Religião no Brasil: Revisitando Metodologias, Classificações e Técnicas de Pesquisa*. Org. SOUZA, Beatriz Muniz de, GOUVEIA, Eliane Hojaij, JARDILINO, José Rubens Lima. ED. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC.

CYFER, Ingrid. (2018). A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 53, 2018 *Cadernos Pagu*, (53). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653410>. Acesso em 18 de março de 2026.

FELCA. Adultização. **YouTube**, 06 ago. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FpsCzFGL1LE>. Acesso em: 5 fev. 2026.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**, v. 28, p. 151-162, 2002.

FRANCO, T. A Eleição entre o bem e o mal: uma análise comparada dos discursos da Igreja Universal do Reino de Deus e de Jair Bolsonaro sobre a moralidade pública nas eleições de 2018. **Sacrilegens**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2022. DOI: 10.34019/2237-6151. 2022.v19.37777. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/37777>. Acesso em: 23 fev. 2023.

LAVILLE, Christian.; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Reimpressão 2008. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEITE, D. H. S.; OLIVEIRA, F. R. C.; MAIA, B. N. Religião e política na Igreja Universal do Reino Deus: a mobilização das pautas de gênero e sexualidade no jornal Folha Universal (2018 e 2022). **Sacrilegens**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2024. DOI: 10.34019/2237-6151.2024.v21.44234. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/44234>. Acesso em: 17 jun. 2026.

LOPES, Mariana Manzano; FULANETI, O. de N. Interseção entre as isotopias política e religiosa cristã nos comentários de apoio ao presidente Jair Bolsonaro. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, p. e47463, 2018.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5a edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. *In: Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Organização de José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais**. São Paulo: Editora Paulus, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, 2021, n. 62. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 2, p. 261-278, 2020.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NATIVIDADE, Marcelo; DE OLIVEIRA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia (s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 2, p. 121-161, 2009.

OLIVEIRA, F. R. C; GRACINO JUNIOR, P. A máquina universal: uma análise da mobilização do discurso moral na Folha Universal nas eleições de 2022. **Religião & Sociedade**, 43(1), 99–124, 2023. <https://doi.org/10.1590/0100-85872023v43n1cap04>.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, Rayani Mariano. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 50-77, 2020.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800**. New York, Routledge, 1981.

Recebido em 20/02/2026

Aceito em 23/04/2026